

TRADIÇÃO AFRICANA E OS SABERES NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS

Adelmir Fiabani*

Resumo

Em 2003, atendendo demanda do movimento negro e de parte da academia, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639, que obriga a inserção da História da África e cultura afro-brasileira no currículo das escolas de Educação Básica do Brasil. Em 2004, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Em 2012, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola determinando mudanças consideráveis, sobretudo, nos currículos com a inserção/valorização dos conhecimentos das comunidades remanescentes de quilombos. Estas comunidades guardam aspectos culturais trazidos pelos trabalhadores escravizados, que passaram de geração em geração mantendo vivo o legado africano no Brasil. Os quilombos antigos e as comunidades negras do Brasil sobreviveram graças aos conhecimentos transmitidos pelas gerações mais velhas e a experiência acumulada, fator determinante no processo de resistência à escravidão e, posteriormente, em defesa da terra. Portanto, os saberes fazem parte da vida dessas comunidades. Saberes que orientaram a vida em grupo, conhecimentos sobre técnicas de cultivo, utilização de ervas medicinais, conhecimentos sobre construção de casas, ferramentas e outras. A maioria das comunidades negras apresenta artesanato muito diversificado, com utilização de produtos extraídos da natureza, constituindo-se em um dos elementos identitários e fonte de renda, principalmente para as mulheres. Neste artigo, abordamos a importância do estudo dos saberes e da oralidade como metodologia de transmissão de uma geração a outra. Também citamos alguns tipos de saberes que há nas comunidades negras brasileiras. A África permanece viva nestas comunidades através da perpetuação destes conhecimentos e valorização dos saberes legados pelos trabalhadores escravizados, quilombolas e, posteriormente, pelas pessoas mais velhas das comunidades.

Palavras-Chave: Educação. Quilombolas. Saberes. Currículo.

* Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISI-NOS); professor adjunto na Universidade Federal da Fronteira Sul, Cam-pus Cerro Largo. adelmirfiabani@hotmail.com

Abstract

Since 2003 many significant changes in the Brazilian educational programs have been introduced. Many of them deal with the question of Afro-Brazilian culture and history courses. Such changes require a certain redefinition of curriculum at different levels of national education. The article deals with the process of rediscovery, reintroduction and recovery of African traditions and legacy in educational institutions of the vast Brazilian territory. A big part of such an adjustment consists of special techniques from different areas of human activity such as a medicine or a civil engineering. The paper emphasizes the importance of such recovery for contemporary Afro-Brazilian culture.

Keywords: Education. Maroons. Knowledge. Curriculum.

Introdução

Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Conforme a Lei, o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Esta Lei constitui-se em um divisor de águas na Educação brasileira, pois alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Também serviu para corrigir um erro histórico, visto que os currículos das nossas escolas não contemplavam os conteúdos acima citados. Conforme a Educadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2013), a Lei constitui muito mais do que determinações curriculares. Configura política curricular, de alto alcance humano e social, uma vez que determina a correção de imagens distorcidas dos negros e de suas reais contribuições para humanidade, para nação brasileira em particular.

A Lei 10.639/03 não serve apenas para que o povo negro e mestiço tenha sua história contemplada nos currículos, mas para que todas as etnias tenham acesso à história e cultura africana. Conforme Kabengelê Munanga,

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

A História da África, que até a promulgação da Lei 10.639/03 estava praticamente afastada dos currículos, tem muita importância para o Brasil. Somos uma nação mestiça, com mais da metade da população se declarando negra ou parda. A África está nas nossas veias, mas estava ausente dos ma-

nuais didáticos e a Lei veio para corrigir esta distorção na Educação brasileira. A História da África ajudará a responder uma série de perguntas que não encontramos respostas nos currículos tradicionais. Conforme o historiador Alberto da Costa e Silva,

talvez tenhamos até mesmo melhores condições de entendimento afetivo para contar, explicando, como se criouliaram as duas margens do Atlântico, como se estabeleceram certos padrões culturais comuns nas cidades e vilarejos costeiros ligados pelo tráfico. Na habitação. Na cozinha. Nas vestimentas. Nas festas. Em quase todos os modos de vida. No capítulo das comidas, o rastreamento dos caminhos seguidos pelos vegetais nativos das Américas transplantados para a África poderá trazer grandes surpresas. Da mandioca, do milho e do amendoim, sabemos que voltaram africanizados — em cozinhados e preparos que os ameríndios desconheciam e até mesmo com nomes mudados (SILVA, 2003, p. 238).

A importância da Lei 10.639/03 é indiscutível por tudo que a África o negro representam para nós. No entanto, mesmo sendo Lei, não estava sendo implementada nas escolas por diversos motivos: falta de material pedagógico, professores sem formação, tradição eurocêntrica de currículo. Foram então criadas normas balizadoras para a Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Em 2004 foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que balizam as ações no âmbito geral e determinam competências nas diferentes esferas que compõem o sistema de ensino brasileiro. No entanto, faltava a especificidade quilombola, ou seja, como operacionalizar a Lei nas escolas quilombolas e aquelas que recebem alunos das comunidades negras.

Em novembro de 2012 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Resultado de intenso trabalho realizado por educadores e ativistas ligados ao movimento negro e quilombola que buscaram inovar em todos os aspectos, desde a forma de administrar a escola ao currículo. As referidas diretrizes são revolucionárias, pois alteram profundamente a forma de participação da comunidade na escola, tratam do perfil acadêmico/pedagógico do professor, abordam a questão estrutural/funcional da escola entre outros.

Estas mesmas Diretrizes tratam da inserção dos saberes da comunidade nos Currículos, uma tarefa difícil, visto que nossa tradição de currículo não coaduna com esse tipo de conhecimento, ou seja, fomos treinados a aceitar como verdadeiro somente o que está nos livros, nos manuais didáticos. Os saberes das comunidades sempre foram considerados como conhecimentos não científico, fora dos propósitos da Educação tradicional. Quando falamos em Educação tradicional estamos nos referindo àquela onde o professor é o centro de transmissão do conhecimento e o aluno, mero receptor. Neste tipo de Educação não há espaço ao novo, aos conhecimentos trazidos pelo aluno, nem há questionamento às instituições.

Os conhecimentos acumulados pelas comunidades negras são importantes para todos, não somente aos alunos quilombolas, pois trata-se da história e cultura de uma das etnias formadoras do povo brasileiro. Poderá ocorrer alguma resistência, tanto dos docentes quanto dos discentes, em relação aos saberes/conhecimentos, visto que o cientificismo ainda é forte em todos os níveis de ensino. A academia também tem alguma dificuldade para tratar desta questão. No entanto, será necessário “uma ruptura em um

fazer pedagógico em que o currículo é visto enquanto grade, hierarquicamente organizado com conteúdos que perpetuam o poder para que determinados grupos continuem a outorgar” (NUNES, 2006, p. 152).

Quanto ao currículo, trata-se de significativo avanço na Educação brasileira, visto que serão acrescentados aos conhecimentos científicos, os saberes produzidos pelas comunidades onde as escolas estão inseridas. Este fato é revolucionário, pois rompe com a tradição eurocêntrica de conhecimento ao colocar no mesmo patamar os saberes produzidos pelos cientistas/academia e o saberes produzidos pelo homem no seu cotidiano. A valorização dos saberes quilombolas é uma forma de preservar a cultura e a história deste segmento social.

As Diretrizes Escolares Quilombolas foram instituídas a fim de orientar a Educação Escolar Quilombola. Neste sentido, precisamos saber quem são as comunidades quilombolas? As comunidades negras, também conhecidas por comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, são formadas por população majoritariamente negra, situadas na zona rural do Brasil, com problemas fundiários e apresentam traços culturais bem preservados. Estas comunidades estão entre os segmentos mais pobres do país, com índices semelhantes à população nordestina de dez anos atrás.

As comunidades negras são originárias de antigos quilombos, ou que se formaram em terras doadas pelos antigos senhores, em terras compradas pelos trabalhadores escravizados. Outras comunidades se constituíram após à Abolição, ocupando terras devolutas, terras da Igreja e de ordens religiosas, em terras indígenas, em terras doadas pelo Estado em troca de serviços guerreiros e outros. A grande maioria das comunidades apresenta um problema em comum — a fal-

ta de documento comprovando a propriedade da terra.

As comunidades negras ganharam visibilidade do poder público e da academia recentemente. A partir de 1988, com o advento da nova Constituição Federal, este segmento despertou interesse nos pesquisadores e foram publicados os primeiros resultados sobre as investigações feitas em comunidades remanescentes de quilombos. O Estado é o responsável pela titulação das terras das comunidades negras, mas o número de comunidades regulamentadas pelo INCRA está bem abaixo da expectativa dos moradores, sendo que foram tituladas pouco mais de 10% das comunidades (BRASIL, 2014).

O Estado não tem cumprido sua função — titular as terras das comunidades — e, para compensar, tem disponibilizado políticas públicas às comunidades como financiamentos para construção de casas, melhorias das vias de acesso, construção de escolas, fornecimento de energia elétrica, água, rede de esgoto e outros. Também ocorreram incentivos à produção de alimentos, artesanato, comercialização da produção. A presença do Estado nas comunidades melhorou a qualidade de vida, mas não equacionou o principal problema — a questão da terra.

A história do grupo está guardada na memória das pessoas mais velhas e os saberes são passados às gerações mais novas através da oralidade, porém não havia espaço para este conhecimento nos currículos. Com as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola haverá um lugar para os conhecimentos tradicionais no currículo e a comunidade terá a possibilidade de se fazer ouvir e participar ativamente na construção da Educação que deseja para seus filhos.

As Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola foram criadas para organizar o ensino ministrado em escolas situadas nas

comunidades negras e aquelas que estão fora do território quilombola, mas que recebem alunos oriundos destas comunidades. As referidas diretrizes orientam para que a organização do ensino esteja fundamentada, informada e abastecida nas “práticas culturais, tecnologias e formas de reprodução do trabalho, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural de todas as comunidades quilombolas de todo o país”. Também, “garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o reconhecimento, valorização e continuidade” (BRASIL, 2012).

As comunidades negras são entendidas como Povos e Comunidades Tradicionais, ou seja,

grupos culturalmente diferenciados, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando como conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (SHIRAIISHI NETO, 2007, p. 14).

Um dos objetivos das diretrizes é assegurar que as escolas considerem “as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas [...] e suas formas de produção e de conhecimento tecnológico”. Também garantir o respeito à história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais”. Um dos princípios da educação quilombola é “a implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades” (BRASIL, 2012).

Muitos dos conhecimentos produzidos pelas comunidades negras deram-se em

contexto adverso. O isolamento e a carência de bens materiais obrigaram muitas comunidades a buscarem práticas medicinais alternativas, formas de conservação dos alimentos, modos de prevenção e combate às pragas das plantações, maneiras alternativas para as construções e outras. A quantidade de saberes encontrados nestes redutos é infinita, sendo praticamente impossível contabilizá-los. Este artigo abordará parte dos saberes produzidos pelos trabalhadores escravizados e por algumas comunidades negras do Brasil e a importância dos mesmos para os currículos das escolas quilombolas.

Conhecimentos que não estão nos currículos

A humanidade sobreviveu graças aos inventos, acúmulo de experiências e a partilha do saber. O homem foi aprendendo aos poucos e repassou esses conhecimentos às gerações mais novas, em um processo contínuo de descobertas e criações que possibilitaram viver mais tempo, dominar a natureza, formar comunidades e outros. Desde os primeiros tempos o homem apropriou-se da natureza e dela extraiu tudo que precisou para sobreviver. Conhecer e dominar a natureza foi condição fundamental para continuidade da espécie humana.

Por exemplo, os conhecimentos sobre ervas medicinais garantiram a sobrevivência dos povos tradicionais, sobretudo, indígenas e quilombolas, pois os mesmos não tinham acesso à medicina clássica. Estes conhecimentos foram passados de geração em geração e são conhecidos das comunidades negras contemporâneas. Os saberes “não se restringem a um mero repertório de ervas medicinais [...]. compreendem as fórmulas sofisticadas, o receituário e os respectivos

procedimentos para realizar a transformação”. Os saberes vão desde “como uma determinada erva é coletada, tratada e transformada num processo de fusão” (ALMEIDA, 2008, p. 14).

Os saberes não se resumem aos remédios e cuidados com a saúde. Os povos tradicionais conhecem técnicas para construção de casas, dominam o artesanato, fabricam os meios de transportes para as estradas e rios, são exímios ceramistas, sabem fazer as ferramentas, pontes, etc. Conhecem plantas úteis o homem; sabem domesticar animais e, o mais importante, vivem em harmonia com a natureza. Pertencem a este contexto os castanheiros, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, comunidades negras.

No século XIX, as Ciências Sociais foram tomadas pela racionalidade científica. É nesse momento que muitos conhecimentos e estudos foram considerados sem caráter científico ou até taxados de irracionais. Durante o século XIX e parte do século XX, os conhecimentos populares e saberes dos povos originários não eram bem vistos pela comunidade científica. Na França surgiram os princípios do direitos humanos, individuais e coletivos dos povos, mas não impediram o preconceito e discriminação em relação aos povos ‘selvagens’, ‘infantis’, ‘primitivos’, originários (TESKE, 2010, p. 2-9).

Os europeus chamaram para si a condição de povo civilizado com a missão de civilizar o mundo, ou seja, a razão, a sabedoria e a verdade estava com a civilização europeia. Portanto qualquer sabedoria, conhecimento dos povos considerados ‘atrasados’ não eram reconhecidas. Para Salatino (2001 apud TESKE, 2010, p. 10), a “sobrevvalorização dos conhecimentos derivados da ciência e do mundo civilizado e a negação dos valores dos povos selvagens conquistados le-

varam à extinção das tradições e línguas de muitas nações nativas”.

Segundo Teske, não há incompatibilidade entre as concepções tradicionais com as modernas teorias científicas. A mudança de paradigmas da ciência, a partir dos anos 60 do século passado, possibilitam a contextualização e globalização dos saberes tradicionais. As sociedades tradicionais “mantém uma relação com a natureza que não é pautada pela tecnologia e pela economia, mas por uma coevolução ecológico-cultural a partir do conhecimento amplo associada a práticas tradicionais herdadas dos antepassados” (TESKE 2010, p 11-15).

Quanto às comunidades negras, Santiago Neto (2009 apud SAHR, 2011, p. 94) afirmou que elas “não são subdesenvolvidas tecnologicamente”. Conforme o autor, “devido à sua autonomia alimentar com relação aos grandes centros, elas preservam tecnologia e uma cultura muito própria”. Para Gomes (2008 apud SAHR, 2011, p. 134), “os povos tradicionais possuem um vasto conhecimento sobre o espaço que ocupam, além de uma rica cultura, adquirida ao longo de várias gerações”. De acordo com o autor, “tais conhecimentos são de extrema importância para as diversas áreas da ciência”. Ou seja, “esses povos possuem um complexo e profundo conhecimento sobre a natureza, verificando a maneira pela qual eles pensam, classificam e utilizam seus recursos”.

Saberes dos trabalhadores escravizados e quilombolas

Durante o período da escravidão, os trabalhadores escravizados e os quilombolas demonstraram muito conhecimento. Embora violentados em todos os sentidos, os trabalhadores escravizados colocaram em prática as experiências trazidas do continen-

te africano como noções sobre o trabalho, vida social, religiosidade, cultura e outros. As atividades nas plantagens, nas fazendas criatórias, nas minas, na casa-grande foram realizadas por homens e mulheres escravizados, que se adaptaram a realidade, mas que não deixaram de expor suas habilidades e saberes.

Nos mocambos, os quilombolas puderam desempenhar suas habilidades com liberdade, onde revelaram-se exímios trabalhadores. A liberdade para usufruir da sua força de trabalho, fez do quilombola um ser autônomo, com melhores condições para produzir e colocar em prática os ensinamentos trazidos da África. Sobretudo nos primeiros quilombos, que eram compostos por um número maior de africanos, os costumes trazidos do Continente-mãe afloraram e serviram para garantir a sobrevivência do grupo. Ressaltamos, que a vida no quilombo foi dura, pois tratava-se de uma situação de emergência, de salvar a vida e preservar a liberdade. Porém as condições existenciais no quilombo foram melhores do que na condição de escravo.

Quando conhecemos casas, calçadas, engenhos, cercas de pedra, pontes e outras obras feitas pelos trabalhadores escravizados não podemos acreditar que nestes lugares predominaram somente as técnicas e os conhecimentos do mestre ou do feitor. Sem dúvida, há muito conhecimento do trabalhador escravizado que foi utilizado para fazer as tarefas do dia-a-dia. A forma de colocar a pedra, a amarra feita para conter as paredes, o material utilizado e outras têm muito da experiência africana.

A maioria dos quilombos brasileiros sobreviveu da produção da terra, que chamamos de horticultura quilombola. As técnicas utilizadas pelos mocambeiros assemelham-se às praticadas pelos indígenas no Brasil.

Os quilombolas que lograram viver longe dos ataques das forças opressoras, produziram significativamente. Em dois quilombos mineiros, foram encontrados “muitos mantimentos e grandes roçarias para o futuro”. O quilombo do Parnaíba, também em Minas Gerais, reprimido em 1766, possuía “copiosas lavouras e mantimentos recolhidos em paióis”. O quilombo da barra do rio Piraputanga, no Mato Grosso, destruído em 1839, “era composto de dezesseis casas de dois ou três lanços e duas ou três de sobrado”. Quando o quilombo foi abatido, os componentes da bandeira não foram capazes de carregar os mantimentos armazenados, dada sua quantidade” (MAESTRI; FIABANI In MOTTA; ZARTH, 2008, p. 76).

O fato das forças repressoras encontrarem produção, roças e construções revela que os quilombolas tinham conhecimentos múltiplos — conheciam a arte de plantar, dominavam técnicas de conservação dos alimentos e sabiam construir. A liberdade do quilombo permitiu ao ex-cativo produzir mais.

Em Palmares, os mocambeiros foram excelentes estrategistas ao traçar planos de fuga e construção de fossos e paliçadas para defesa do quilombo. Na confederação de Palmares predominou o espírito coletivo, onde a divisão de tarefas e a solidariedade permeou as relações e contribuiu para a sobrevivência do grupo. Conforme o historiador Décio Freitas, ao chegar a Serra da Barriga, os negros confirmaram suas qualidades de trabalhadores “[...] abriram clareiras e levantaram choças cobertas de palha. Chamaram as choças de mocambos — do quimbundo mukambu” (FREITAS, 1984, p. 9).

Décio Freitas revelou que as atividades agrícolas dos palmarinos foram possíveis graças ao conhecimento trazido da África. Segundo o autor, os negros aquilombados

plantavam milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, batata, legumes. Duas semanas antes do plantio, preparavam o terreno com grandes queimadas. A preparação das terras, a sementeira e a colheita se faziam coletivamente. Celebravam o término da colheita com uma semana inteira de festejos em que todos folgavam, dançavam, comiam e bebiam (FREITAS, 1984, p. 36).

Conforme Freitas, os palmarinos possuíam pomares com variedade de árvores frutíferas. Praticavam o extrativismo, pela abundância da palmeira, que fornecia óleo, azeite, manteiga e dela se extraía uma espécie de vinho. Suas folhas serviam para cobrir suas casas e tecer esteiras. Consumiam banana pacova, criavam galinhas e suínos, porém não criavam o gado. Caçavam e pescavam. Um dos fatores que determinaram a longevidade do quilombo foi a capacidade produtiva do grupo. “A produção se destinava fundamentalmente ao consumo da família, [...] o excedente se destinava ao sustento dos produtores não-diretos e aos improdutivos em geral, [...] destinado a acudir a emergências, como secas, pragas, ataques externos” (FREITAS, 1984, p. 37).

A disposição dos sentinelas garantiu ao grupo informações sobre as movimentações dos ‘caçadores’ de quilombolas. Quando atacados, os palmarinos fugiam por caminhos que somente eles sabiam. Esta estratégia impediu a aniquilação precoce do quilombo. Quando obrigados a enfrentar os inimigos, os palmarinos construíram cercas e fossos com paliçadas impedindo/retardando a ação dos algozes.

Nos mocambos que sobreviveram da horticultura quilombola, queimava-se as folhas e galhos para limpar o terreno, utilizava-se a cinza como fertilizante, mudava-se de local a fim de quebrar o ciclo dos parasitas. Em Minas Gerais, os quilombolas conheciam técnicas de mineração, muitas vezes, supe-

riores aos escravistas mineradores. Conseguiram extrair metais — ouro e diamantes — em locais abandonados pelos antigos donos (GUIMARÃES, 1988, p. 46). Com o produto obtido através da mineração clandestina, os quilombolas compravam produtos que não possuíam.

Conforme Carlos Magno Guimarães, a mineração feita pelos quilombolas “se revestiu de um caráter especial já que o produto obtido através dela, tem sido a origem da colonização das Minas Gerais, funcionava como equivalente geral, para troca, em toda sua extensão”. Para o autor,

esta característica, tanto do ouro quanto do diamante, de funcionar como equivalente, abria uma notável possibilidade para os quilombolas ao ampliar seu universo comercial, pois o ouro e o diamante, funcionando como moedas, compravam qualquer coisa, tanto na rede de comércio legal quanto no ilegal (GUIMARÃES, 1988, p. 46).

Segundo Alberto Costa e Silva, “os africanos não se restringiram a ser os pioneiros da metalurgia do ferro no Brasil”, também “trouxeram [...] as técnicas da bateia e da escavação de minas”. Fabricavam tecidos “em teares extremamente simples”, construíram casas com “paredes de sopapo e o teto de palmeira ou de capim” (SILVA, 2012, p. 19). No eito, o cativo não pode empregar todos os conhecimentos que trouxera da África, pois a monocultura da cana não exigiu técnicas mais apuradas. No entanto, no quilombo mostrou-se exímio produtor.

Os africanos transformados em trabalhadores escravizados trouxeram da África conhecimentos variados. Conheciam procedimentos de cultivo, prevenção de pragas, conservação do solo, sabiam armazenar sementes, técnicas de irrigação. Vieram para o Brasil, agricultores, construtores, artesãos, ourives, tecelões e outros. O historiador

Wellington Castelucci Junior, em *Pescadores e roceiros*, referiu-se a escravos e forros em Itaparica/BA, na metade do século XIX. O autor listou 32 ocupações de forros e escravos arrolados nos processos criminais: mestre de lancha ou embarcação, serviço doméstico, artista, lavoura, carpinteiro, caixeiro, guarda policial, ganhadeira/doceira, costureira, empregado de fábrica de cal, engomadeira/lavadeira, ferreiro, administrador de fazenda, vaqueiro, ourives, calafate, alferes, marceneiro, alfaiate, pescador, fogueteiro, vendedor de água, padeiro, sapateiro, maquinista, pedreiro, lambiqueiro, professor, charuteiro, tanoeiro, trabalhador de salinas, taboqueiro/cavoqueiro (CASTELLUCCI JUNIOR, 2008, p. 64).

Os conhecimentos para as ocupações acima citadas não eram tão elementares como parece ser. O alfaiate, ourives, marceneiro, tanoeiro, calafate, pedreiro não eram ofícios elementares e exigiam aptidões específicas. Outro fato revelador do vasto conhecimento pelos trabalhadores escravizados e forros de Itaparica é a variedade de funções que um mesmo homem exercia. “Por serem pescadores, estendiam e cosiam redes arraeiras, tainheiras e cassueiras; marceneiros e calafates reformavam e pintavam, ao som das marés, saveiros, canoas de todo tipo de embarcação [...]” (CASTELLUCCI JUNIOR, 2008, p. 93).

O historiador Fernando Franco Neto, em *Senhores e escravos no Paraná provincial*, confirmou a multiplicidade de funções dos trabalhadores escravizados. “Os escravos participavam de quase todas as atividades econômicas da propriedade, desde o cuidado com animais, o seu transporte, o cuidado com a terra, o plantio, produção de arreios, tecelagem de lã, ocupações domésticas, etc.” (FRANCO NETO, 2011, p. 162). Os dois historiadores citados comprovaram em suas

pesquisas que os cativos desempenhavam funções que exigiam conhecimento sobre a atividade e, muitas vezes, tinham mais que uma ocupação na mesma unidade produtiva.

No período da escravidão, a questão da saúde era muito precária. Médicos, como hoje conhecemos, praticamente não existiam. Somente nos centros urbanos maiores era possível ter contato com algum profissional da saúde. No entanto, como em qualquer época, a população adoecia e precisava de tratamento para os problemas de saúde comuns e para as epidemias que surgiam e dizimavam parte da população. Neste sentido, foram muito importantes os africanos e indígenas que sabiam ministrar remédios naturais para os doentes. A população pobre recorria frequentemente aos curandeiros, pois não tinha recursos para pagar o serviço de um médico, ou não tinha meios para se deslocar até a residência destes.

Também na época da escravidão, os calundus conheciam ervas, raízes, cascas, sementes que combinadas com outros produtos auxiliavam as pessoas com alguma moléstia. “Esses personagens sabiam preparar tisanas, cataplasmas e unguentos que aliviavam os males corriqueiros dos habitantes da colônia”. Eram capazes de “curar doenças mais graves como a tuberculose, a varíola e a lepra” (SILVEIRA, 2005, p. 19). A população pobre do Brasil Colônia e Império valeu-se dos curandeiros e benzedeiros para tratar de doenças, visto que o acesso à medicina não era para todos.

No século XIX, no Recife, durante a epidemia de cólera naquele lugar, a população descrente do trabalho dos médicos recorreu ao Pai Manuel, curandeiro e trabalhador escravizado do engenho Guararapes, que tratava as pessoas acometidas pela moléstia. A fama se espalhou de tal forma que o jornal

Diário de Pernambuco publicou a receita ‘milagrosa’ do curandeiro.

Juntam-se raiz de pimenta malagueta, folhas de lacre, pimenta da Costa, cebolas do reino e raiz de limão. Faz uma garrafada com esses ingredientes, tritura e coa tudo. Mistura com uma tigela de mel de furo, água de dois cocos secos da Bahia e uma xícara de vinagre. Descobre e despe o doente e abre as janelas e portas. Comer carne assada com pirão, aplicar o remédio e tomar banho frio (Diário..., 26 fev. 1956, In: FARIAS, 2012, p. 216).

Pai Manoel não foi o único. Existiram muitos curandeiros pelos cantões deste país, que se tornaram populares, no século XIX, por seus conhecimentos e pela relevância dos serviços prestados à população pobre, na maioria, negra e mestiça. Os africanos traficados para a Colônia trouxeram conhecimentos sobre uso de ervas, raízes no trato de enfermidades; faziam emplastos, sangrias, pequenas intervenções cirúrgicas. O convívio com os indígenas acrescentou-lhes mais conhecimentos sobre o uso de produtos naturais no combate às doenças da época. Sabe-se que os médicos daquele tempo não eram tão eficientes como imaginamos, conseqüentemente a população pobre recorria aos curandeiros, benzedeiros, parteiras, rezadeiras e outros. Segundo Tânia Pimenta (2003, p. 323 apud FARIAS, 2012, p. 224),

o modo como boa parte da população via os curandeiros, cujos serviços não eram solicitados apenas por falta de médicos e cirurgiões, ou porque não podiam pagá-los, como pretendiam esses últimos. Os curandeiros eram requisitados, muitas vezes, por serem mais eficientes, fosse para tratar moléstias leves, fosse para cuidar das sérias.

No entanto, embora reconhecida a eficácia da medicina alternativa praticada pelos curandeiros, parteiras, boticários, pajés, pajos, rezadeiras e benzedores as autoridades da época criminalizaram esta atividade. As

metrópoles coloniais sempre julgaram-se superiores às sociedades ‘mais primitivas’, ‘atrasadas’, ‘selvagens’ ou ‘ágrafas’ (ALMEIDA, 2008, p. 13). Neste sentido, o conhecimento dos povos nativos foi ‘desqualificado’, pois havia necessidade de afirmação da metrópole sobre os povos colonizados.

Comunidades negras e os saberes

Alcântara, no Maranhão, abriga muitas comunidades negras. A sobrevivências das comunidades fundamenta-se na agricultura, pesca, extrativismo e artesanato. A artesanato é obra prioritária das mulheres que passam seus saberes às gerações mais novas e contribui para a identidade positiva das mesmas. Confeccionam artesanato de doces, licores, cofos, abanos e meaçabas. Cofó é o nome dado, no Maranhão, a cestaria feita com folhas de palmeiras nativas. Meaçaba é uma esteira produzida com palha de palmeiras (NORONHA; PORTELA; ALVES apud NORONHA, 2011, p. 19).

A comunidade de Itamatatua tem sua identidade marcada pelo artesanato em cerâmica. É uma tradição que vem de longa data. “Os mais velhos da comunidade dizem que seus bisavós já praticavam a arte de modelar o barro”. Esta é uma atividade feminina onde são produzidos potes, bilhas, panelas, moringas, cuias e bonecas. Também em Alcântara, a comunidade de Santa Maria, fundada a mais de cem anos, tem como sua principal atividade artesanal a “tecelagem com a fibra do buriti, com a parte mais delgada da palha que eles chamam de *linho*”. Confecciona-se “sacolas, esteiras, redes, pastas, bolsas, jogos americanos, porta-copos, tapetes e capas para agendas” (NORONHA; PORTELA; ALVES apud NORONHA, 2011, p. 19-26).

As três comunidades comercializam o artesanato, mas a renda não é suficiente para prover o sustento do grupo. A atividade artesanal é a identidade das comunidades, pois elas são conhecidas pela qualidade e originalidade das peças. A técnica de fabricação e o gosto pelo trabalho é passado dos mais velhos aos mais novos. Estes ensinamentos não fazem parte dos currículos explícitos das escolas, no entanto, trata-se de cultura, história, trabalho, renda, identidade, valorização dos mais velhos, estética e manifestação étnica.

A comunidade negra Kalunga de Goiás começou a se formar ainda no século XVIII com a chegada de africanos escravizados e seus descendentes às margens do Rio Paranã, afluente do Tocantins. A mineração na província de Goiás foi feita pela mão do trabalhador escravo, mediada pela violência, fato que determinou a fuga para a selva, matas e serras. Assim surgiram os quilombos dos kalungas. Os Kalungas sobrevivem da agricultura de subsistência praticada desde que iniciou a comunidade. Como ficaram isolados por muito tempo, desenvolveram técnicas de cultivo e armazenamento próprias. “A roça faz parte da terra, e a terra é a casa do homem. Assim a roça e o território confundem-se. Na condição de território, a roça pertence aos ancestrais, sendo administrada pelo grupo constituído da família extensa” (BAIOCCHI, 2006, p. 30-60).

O conhecimento da comunidade negra Kalunga é vasto e secular. Há pelo menos 15 espécies de mandioca e nove de feijão cultivadas. Também plantam milho, amendoim, gergelim, inhame, abóbora, melão, maracujá, melancia e cana. Utilizam cocos comestíveis, baquiri, licuri, birro, buriti, baru, alcaju, marmelada. Na horta, cultivam manjerição, coentro, pimentas e alfavaca. Nos quintais, banana-maçã, mexerica, man-

ga, melancia (findinga, viúva, redonda, ar-roba), limão, abacaxi e mamão. Criam animais para trabalho, transporte e consumo (BAIOCCHI, 2006, p. 60).

Em 1995, Hermel Leal publicou relato de sua passagem no território Kalunga e assegurou que os descendentes dos escravos têm muito conhecimentos. “De bobo eles não tem nada. Conhecem os hábitos de todos animais e sabem se adaptar às intempéries naturais. Acostumaram-se a viver sob as radicais leis da natureza; da chuva, do sol, da terra e da água”. Leal conversou com uma parteira de 70 anos e registrou: “Quando uma criança nasce, ela corta o cordão umbilical com uma faca ou tesoura. Depois ela esquentava uma faca de cozinha na brasa do fogão e a coloca no umbigo do recém-nascido” (LEAL, 1995, p. 28-59).

A comunidade negra Lagoa da Pedra, em Arraias, estado do Tocantins, desenvolveu Horta Circular, onde são plantados “diversos tipos de hortaliças e algumas espécies frutíferas e, no círculo central, há um reservatório de água para a criação de peixes e ao redor deste um cercado para criação de pequenos animais”. São plantadas alfaces, coentro, batata, macaxeira e plantas medicinais. Também cultivava-se milho, feijão verde, abóbora, bananeira, coqueiro, etc. (TESKE, 2010, p. 125). Nesta comunidade há acompanhamento de entidades ligadas ao Estado na condução do projeto, que não descaracteriza o conhecimento local.

As comunidades negras da metade sul do Rio Grande do Sul (Madeira, Rincão do Quilombo, Cachoeirinha, Várzea dos Baianos, Faxina, São Manuel, Lichiguana, Quilombo Candiota, Solidão, Bolsa do Candiota, Palmas) tiveram no passado contato com a atividade criatória, na condição de peões ou trabalhadores braçais. Os moradores são especialistas em construção de cercas, arte-

sanato de couro, domesticação de animais, artesanato de lã. Algumas comunidades produzem calçados com pele de cordeiro. Outros fabricam laços e outros instrumentos com couro bovino.

Quando visitados, os moradores das comunidades negras do Rio Grande do Sul mostram com orgulho o artesanato produzido. Eles sabem que a produção identifica o grupo e os diferencia dos demais. Por exemplo, a construção de cercas é uma atividade que requer conhecimento e técnicas especializadas. Neste sentido, ouve-se depoimentos de que não há alambrador igual na “redondeza”, referindo-se ao trabalho de qualidade de determinada pessoa. No entanto, para o currículo tradicional, este tipo de conhecimento não tem importância, não é valorizado, como também não é reconhecido o valor do trabalho dessa gente.

A comunidade Lagoa de Ramos e Goia-beira em Aquiraz no Ceará, guarda conhecimentos dos tempos da sua formação. Conforme Sá (2010, p. 151-174), “a transmissão dos saberes se dão pela oralidade. Os mais velhos contam e recontam as suas memórias. A aprendizagem dá-se pela prática, por observação, por tentativa e erro, fazendo-se uso da criatividade para reinventar a cozinha.” Várias receitas de remédios caseiros fazem parte do conjunto de saberes da comunidade: Para anemia, “a cura vem através da mistura da beterraba com leite, ou da beterraba em pedaços, folha de beterraba, com uma folha de couve e uma cebola”.

As comunidades remanescentes de quilombo da Ilha de Colares, no Pará, desenvolveram técnicas de exploração dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente. “Organizaram um calendário agroextrativo que orientava para atividades diferenciadas”. Souberam conciliar a agricultura, pesca fluvial e oceânica e à cata de caranguejos

no mangue. Na comunidade de Cacau, “os artesãos utilizam o haste do guarumã [...]”, para fazer “o paneiro, cesto utilizado para transporte de materiais, [...], a peneira, [...], o tipiti” (MARIN, 2004, p. 145-147).

No sertão piauiense, a comunidade negra Tapuio guarda ensinamentos dos primeiros moradores. O conhecimento das parteiras geralmente foi adquirido pela longa experiência ao ter seus filhos e ter ajudado uma parteira mais velha, frequentemente a sua mãe”. Os benzedeiros tem a função de “rezar orações que possa proporcionar a cura de certos distúrbios de saúde que não são solucionados por remédios caseiros ou industrializados”. Ainda jovens eles aprenderam a rezar com seus pais. As doenças tratadas pelos benzedeiros são: ferimentos, picadas de cobra e insetos, quebranto — popularmente chamado de mau-olhado (SANTOS, 2012, p. 176).

Em algumas situações, são utilizados chás de ervas, cascas, folhas de árvores e plantas com propriedades terapêuticas. Muitas vezes, as parteiras no Tapuio acumulam “as funções de benzedeira como forma de aumentar a credibilidade em seu trabalho e porque executam alguns procedimentos de ordem do sagrado ao pedir proteção divina à mulher grávida”. Entre tantas ervas, o pinhão roxo é usado para dor de barriga, contra veneno de cobra, dor de garganta, infecção, cicatrização. O juazeiro serve para digestão, mal olhado, combate a caspa, utilizado como escova de denta. Aroeira para todo tipo de infecção, principalmente ginecológico (SANTOS, 2012, p.177).

A comunidade Chapada dos Encantos, pertencente ao município de Caridade do Piauí, tem como tradição o trabalho das benzedieras. “O ofício de benzer é das mulheres”, que aprendem ainda jovens, com as pessoas da família já iniciadas. O ritual consiste em:

Para o início do processo de cura, acende-se uma vela e a benzedeira faz uma pequena oração, quase sempre em silêncio, pedindo a autorização à Espiritualidade para fazer a cura. Em seguida começa o benzimento, que consiste em um ato de oração com ramos de vassourinha ou de outra planta. A oração contempla o Pai-Nosso, Ave-Maria e uma específica para afastar o mal que submete o doente. Ao tempo em que pronuncia as rezas, a benzedeira vai fazendo cruzeiros com ramos sobre a pessoa ou uma parte do corpo que precisa da cura. Ao final do benzimento, se a oração produzir os efeitos desejados, os ramos murcham (IPHAN, 2012, p. 58).

Também no Piauí, na comunidade Saco da Várzea, município de São José do Piauí, o benzimento é uma forma antiga de tratamento de várias doenças. “As benzedeadas são todas católicas praticantes e muito religiosas”. Aprenderam benzer “de ouvir-falar e ver-fazer, sem nenhuma orientação específica, mas apenas pela oralidade, reproduzindo gestos utilizados no ritual de benzimento”. As benzedeadas “atendem em suas casas aos pacientes e não costumam cobrar [...]. Utilizam-se ramos de plantas para o benzimento, sendo as principais o muçambê e a vassourinha. A comunidade reconhece as curas praticadas pelas benzedeadas” (IPHAN, 2012, p. 60).

Na comunidade Contente, situada no município de Paulistana, no Piauí, “as garrafadas e chás são práticas recorrentes”. É um costume preservado dos mais velhos que utilizavam estes produtos para curar e prevenir doenças e males, como dores de barriga, de cabeça, gripes e febres. É uma atividade que envolve homens, mulheres e crianças. “O primeiro passo é o de colher frutos, sementes, folhas, ervas, cascas, raízes e seivas que, de acordo com as doenças, serão utilizados no preparo caseiro das garrafadas”, atividade feita por homens e, algumas vezes, por crianças (IPHAN, 2012, p. 61).

As mulheres preparam as garrafadas. A maneira de fazer é diverso, “varia da simples imersão em água, adicionando-se mel ou rapadura, até processos mais exigentes como o de secar o material, torrar, pisar em pilão, expor ao Sol ou ao sereno da madrugada”. Quanto às plantas, “há casos em que as propriedades medicinais da planta variam de acordo com o modo de preparo a que foi submetido, o que exige conhecimento e sabedoria de quem produz a garrafada” (IPHAN, 2012, p. 61).

Na comunidade Sítio Velho, no município de Assunção do Piauí, tem a tradição de fabricar farinha de mandioca — farinha-da. É uma atividade antiga da comunidade, que mobiliza todos os moradores, homens, mulheres e crianças, cada segmento com tarefas específicas. O processo de produção é semelhante ao praticado em outras regiões do Brasil. Consiste em colher a mandioca, retirar a casca do tubérculo, triturá-las e transformá-las em massa. Esta atividade é comumente feita por homens e mulheres. A massa passa pela mão das mulheres para ser lavada, separando-se a goma, que fica descansando, para, no outro dia, ser posta ao Sol. Em seguida a massa é prensada para retirar o excesso de água e levada ao forno. Com o calor do forno, a massa se transforma em farinha. Nesta etapa do processo, os homens participam mexendo a farinha até o ponto de ser consumida.

Com a farinha são produzidos os beijus, “alimento em forma arredondada e de massa grossa”, servido acompanhado de café, serve como complemento da alimentação (IPHAN, 2012, p. 64). Não há muita diferença no processo de transformação da mandioca em farinha de uma comunidade para outra. O que difere é o sentido que é dado a esta atividade. Tem um valor simbólico muito grande, visto que o trabalho em forma de

mutirão se transforma em celebração, festa.

Nas margens dos rios Trombetas, Erepecurú e Cuminá, no Baixo Amazonas, Pará, há diversas comunidades negras que guardam técnicas interessantes sobre a pesca. “As técnicas utilizadas na pesca têm seu sucesso pelo saber acumulado”. Os quilombolas sabem “os horários apropriados, destreza individual e utensílios apropriados”. Na pesca do pirarucu, “explicam que sendo um peixe de respiração aérea é apropriado o uso do arpão”. Também, se necessário, “o uso do arco e flecha para pescar, como traço cultural aprendido nos intensos contatos com índios habitantes do alto das cachoeiras” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 184-185).

A comunidade São João, de Adrianópolis, estado do Paraná, detém conhecimentos sobre ervas medicinais, tanto às cultivadas como as extraídas da mata, que eram utilizadas pelos seus antepassados e foram repassados de geração em geração (SAHR, 2011, p. 94). Os moradores da comunidade classificam as plantas medicinais em “da mata” e as “plantadas”. A comunidade relacionou 49 espécies de ervas para tratar várias de doenças.

Na comunidade São João registra-se o trabalho coletivo, onde mulheres, homens e jovens participam da produção de farinha de mandioca, por exemplo. Os homens ficam com as tarefas que exigem maior esforço físico, como tocar a roda para ralar a mandioca. As mulheres fazem os serviços mais leves, como enrolar a massa do biju (SAHR, 2011, p. 124). Na África, nas comunidades tradicionais, também havia divisão de atividades. Os homens retiravam os troncos da roça, as mulheres faziam a semeadura e cuidavam da plantação até a colheita.

Os conhecimentos culinários também são vastos. Alimentos produzidos tendo por base a farinha de mandioca predominam na culinária da comunidade São João. Um pra-

to muito apreciado entre os moradores é o biju, que é feito da seguinte forma: o amendoim torrado é socado no pilão; Em seguida, tempera-se a massa de biju com banha, sal e amendoim. A massa do biju é enrolada em folhas de bananeiras e colocadas na chapa para assar (SAHR, 2011, p. 124).

A comunidade São João faz uso do transporte aquático para se locomover. Neste sentido, percebemos que há muito conhecimento dos mais velhos na arte de fabricar embarcações. “As melhores árvores para se fazer canoa são canela, anelím e peroba. A madeira da árvore aribá é fraca e quebra fácil e a de cedro amassa, mas ambas são muito utilizadas para construção de canoas” (SAHR, 2011, p. 141).

Segundo Cicilian Luiza Lowen Sahr, a comunidade negra São João “tem na Mata Atlântica a sua principal fonte de recursos”. Foi no contato com a natureza, “que muitos saberes culturais locais foram e são desenvolvidos, sem quaisquer recursos tecnológicos ou assistências profissionalizantes”. Conforme Sahr, “os quilombolas dessa comunidades têm seu conhecimento pedagógico associado às suas práticas agrícolas vinculadas a uma agricultura de subsistência destinada a determinados cultivos, como feijão, arroz, milho, batata doce e mandioca” (SAHR, 2011, p. 144).

Em relação à fauna, os moradores da comunidade negra São João guarda saberes referentes as espécies que vivem no ambiente da comunidade. São citadas dez espécies de cobras, 61 espécies de aves silvestres, 22 de peixes, sete de anfíbios, 25 tipos de insetos, 30 de “animais de pelo e outros”. Reconhecem as terras férteis para o plantio pela vegetação nativa que nela se encontra. Espécies como “aririva, embaúba, guararema, cipó-mil-homens, guapiruvu” são indícios de terras férteis. A banana, nativa ou plan-

tada, é a base alimentar da comunidade. São reconhecidas 16 variedades (SAHR, 2011, p. 152-168).

Os saberes presentes nas comunidades negras do Brasil são muitos. Foram estes conhecimentos que asseguraram a sobrevivência do grupo diante das adversidades que se apresentaram durante os longos anos de existência das comunidades. Ressaltamos que muitos saberes surgiram em função das adversidades, ou seja, na falta de recursos para adquirir produtos industrializados, as pessoas criaram coisas que são atualmente. Os moradores das comunidades negras são muito inventivos, exímios observadores da natureza, persistentes. Conhecem os limites da natureza e estabeleceram com ela uma relação de trocas, com baixo impacto ambiental.

Não citamos neste artigo os saberes religiosos, que são muito amplos e diversos. Não haveria condições de relatar a diversidade religiosa em tão poucas páginas. Em poucas palavras, podemos afirmar que os cultos de origem africana são percebidos em grande parte das comunidades, como também observa-se a presença do catolicismo e, mais recentemente, a inserção de igrejas pentecostais.

Considerações finais

As Diretrizes Escolares Quilombolas nasceram a partir da luta do movimento das comunidades negras por uma educação diferenciada que tivesse sentido e significado ao seu povo. Estas diretrizes representam um grande avanço, pois são mudanças que vieram na esteira da Lei 10.639/03, o divisor de águas na Educação brasileira. As referidas diretrizes são revolucionárias porque rompem com a concepção eurocêntrica da Educação e com o cientificismo dos currículos.

Os saberes do povos tradicionais interessam a todos, independente da etnia que pertence. São conhecimentos seculares nascidos a partir da observação, das experiências, dos ajustes das fórmulas, da necessidade de fazer algo para tornar a vida melhor. As comunidades negras são o segmento que mais absorveu e manteve vivo o legado trazido pelos africanos. Para as comunidades, a inserção dos saberes nos currículos escolares não se trata de nenhuma benevolência, mas o justo reconhecimento pelo que representam na história da nação.

Entre os diversos saberes está a resistência dos mocambeiros pela liberdade e a resistência das comunidades negras para se manter na terra e lutar pela regularização fundiária. Resistir e reivindicar direitos também envolve experiência e conhecimento. Este é um importante legado deixado pelos quilombolas às gerações mais novas. A história dos quilombos antigos nasceu da resistência e oposição ao trabalho cativo. A história da resistência dos trabalhadores escravizados deve fazer parte do currículo da escola.

As comunidades negras sobreviveram em ambiente adverso e não sucumbiram diante das investidas do agronegócio, dos especuladores e fazendeiros. Tiveram suas terras reduzidas, invadidas, griladas, mas não deixaram de existir. A organização em defesa dos direitos das comunidades precisa estar no currículo, para que as gerações futuras tenham conhecimento desta história. Trazer para o currículo a história de resistência e luta pela terra dos moradores das comunidades negras é uma forma de valorização do trabalho de negro na contemporaneidade.

Os saberes transmitidos de geração em geração manteve vivas as comunidades e também fortaleceu os laços de pertencimento. Estudar a própria história na escola faz

com que os alunos se sintam valorizados e tenham orgulho do seu pertencimento étnico. No caso dos alunos negros e mestiços, este fato contribui para erradicar com o racismo e diminuir o preconceito.

Estima-se que há em torno de 4,5 mil comunidades negras no Brasil. A diversidade cultural é muito grande, sendo impossível registrar todas as manifestações neste artigo. Os saberes das comunidades envolvem também a luta diária pela titulação das terras e as estratégias pela sobrevivência, visto que as comunidades negras pertencem ao segmento populacional mais pobre do Brasil. Talvez este seja o maior legado para as futuras gerações. Os conhecimentos do povo negro que pertence às comunidades quilombolas poderá ser muito mais significativo para as crianças do que a história dos reis, imperadores, aventureiros e outros.

Referências

- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2. ed. Belém: Cejup/UFGA-NAEA, 1998.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). *Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. 1. vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia/Fundação Ford/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- BAIOCCHI, Mari de Nazaré. *Kalunga: o povo da Terra*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.
- BRASIL. Casa Civil. Lei 10.639/03. Brasília, 2003.
- BRASIL. INCRA. Quilombolas. Brasília, 2014.
- BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, 2012.
- CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itapacarica na segunda metade do século XIX [1860-1888]*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008.
- Diário de Pernambuco*, 26 fev. 1956. In: FARIAS, Rosilene Gomes. Pai Manoel, o curandeiro, e a medicina no Pernambuco Imperial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, p. 215-231.
- FRANCO NETO, Fernando. *Senhores e escravos no Paraná provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava [1850-1880]*. Guarapuava: Unicentro, 2011.
- FREITAS, Décio. *Palmares – A guerra dos escravos*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.
- IPHAN. *Bens Negros: referências culturais em comunidades quilombolas do Piauí*. Teresina, PI:IPHANPI, 2012.
- LEAL, Hermes. *Quilombo: uma aventura na Vão das Almas*. São Paulo: Mercury, 1995.
- MAESTRI, Mário; FIABANI, Adelmir. O mato, a roça e a enxada: a horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI-XIX). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. [Orgs]. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acavedo. *Julgados da terra: cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na ilha de Colares, Pará*. Belém: UFPA/NAEA/UNAMAZ, 2004.
- MUNANGA, Kabengelê. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NORONHA, Raquel; PORTELA, Imáira; ALVES, Milena. Localizando pessoas, lugares e produtos. In: NORONHA, Raquel. (Org.). *Identidade é valor: as cadeias produtivas do artesanato de Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2011.
- NUNES, Georgina Helena Lima. Educação Quilombola. In: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.
- SÁ, Maria Lúcia Berreto. Saberes e práticas ali-

mentares em uma comunidades quilombola do Ceará. São Paulo: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública da USP, 2010.

SAHR, Cicilian Luiza Lowen et al. *Geograficidades quilombolas: estudo etno-gráfico da comunidade de São João, Adrianópolis — Paraná*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

SALATINO, Antônio. “Nós e as plantas: ontem e hoje”. *Rev. bras. Bot.*, São Paulo, v. 24, n. 4, Dec. 2001. In: TESKE, Wolfgang. *Cultura quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias — Tocantins: rituais, símbolos e rede de significados de suas manifestações culturais*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

SANTOS, Carlos Alexandre B. P. dos. “Negros do Tapuio”: memórias de quilombolas do sertão piauiense. Curitiba: Appris, 2012.

SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). *Direito dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Manaus: EUA, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. Um Brasil, muitas Áfricas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 7, n. 78, mar, 2012.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. 10 anos da Lei no 10.639/03 — um olhar crítico-reflexivo. SEMINÁRIO VIRTUAL NACIONAL. História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Escola. Fundação Joaquim Nabuco. UFPE, 2013.

SILVEIRA, Renato de. Do Calundu ao Candomblé. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 6, dez, 2005.

TESKE, Wolfgang. *Cultura quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias — Tocantins: rituais, símbolos e rede de significados de suas manifestações culturais*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

Recebido em: 25/02/2015
Aprovado em: 30/03/2015